

Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Teto de benefícios sobe para R\$ 7.507.....3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pacote de Haddad mira alta de receitas e deve ser anunciado hoje.....4

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo avalia adiar para maio mínimo de R\$ 1.320.....6

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

STF mantém prisões e afastamento de Ibaneis.....7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tebet ressalta diversidade de pensamento de nova equipe.....8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Melhora da produtividade só no longo prazo, dizem especialistas.....10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação sob Bolsonaro é de quase 27%, maior desde Dilma 1.....12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Equipe de transição sugere meta de gastos em vez do teto.....14

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo dá início à revogação de documentos sob sigilo de 100 anos.....17

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Quem tem medo de deflação no Brasil? - PALAVRA DO GESTOR.....18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Ataque aos juros altos começa, mas não da maneira correta - SOLANGE SROUR.....20

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Inflação exige responsabilidade (Editorial).....22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Prioridades e a agenda da economia - CELSO MING.....23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Hora de atacar o problema previdenciário (Artigo).....24

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Democracias instáveis crescem menos.....25



Quinta-Feira, 12 de Janeiro de 2023

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Lula chama centrais para discutir valorização do mínimo29

Teto de benefícios sobe para R\$ 7.507

Crédito: Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Reajuste vale desde 1º de janeiro e é igual à variação do INPC em 2022

Raphael Pati* Rosana Hessel

Os benefícios da **PREVIDÊNCIA Social** com valor acima do salário mínimo terão reajuste de 5,93%, conforme a **inflação** de 2022 medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). A correção foi oficializada pela Portaria Interministerial MPS/MF nº 26, publicada ontem no Diário Oficial da União. O reajuste vale desde 1º de janeiro. Com isso, o teto dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) passa de R\$ 7.087,22 para R\$ 7.507,49. A nova gestão não cumpriu, contudo, a promessa de pagar R\$ 1.320 de salário mínimo a partir deste mês.

Para os novos beneficiários que começaram a receber do **INSS** em 2022, os valores do reajuste são decrescentes, de acordo com o início do pagamento. Para quem começou a receber em janeiro do ano passado, a correção é integral, de 5,93%. A taxa passa para 5,23%, em fevereiro, e chega a 0,69% para aqueles que começaram a receber em dezembro.

As faixas de contribuição dos empregados com carteira assinada, domésticos e trabalhadores autônomos para a PREVIDÊNCIA também foram atualizadas. Para quem ganha até R\$ 1.302,00, a alíquota é de 7,5%; entre R\$ 1.302,01 e R\$ 2.571,29, o desconto é de 9%; quem têm salário de R\$ 2.571,30 a R\$ 3.856,94 recolhe 12%; e para quem ganha de R\$ 3.856,95 a R\$ 7.507,29, a contribuição é de 14%.

O piso previdenciário, valor mínimo dos benefícios do

INSS (aposentadoria, auxílio-doença, pensão por morte) será de R\$ 1.302, valor equivalente ao do salário mínimo - que teve correção de 7,4% sobre o valor de 2022, de R\$ 1.212, conforme medida provisória assinada pelo governo Bolsonaro no fim do ano passado. A promessa do governo Lula é de elevar o piso para R\$ 1.320, mas falta disponibilidade de R\$ 7,2 bilhões no Orçamento. Fontes indicam que o governo federal deve bater o martelo na decisão de elevar ou não o piso apenas na volta do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, que ocorre na próxima semana.

Com o crescimento do piso (7,4%) maior que o do teto (5,93%), economistas enxergam um efeito de "achatamento" das aposentadorias e pensões, que ocorre quando os valores recebidos por quem ganha menos se aproxima de quem ganha mais.

Para o economista Evilasio Salvador, da Universidade de Brasília (UnB), o efeito do achatamento não é benéfico para a PREVIDÊNCIA. Segundo o especialista, o ideal seria que todos tivessem minimamente a recuperação dos valores dos benefícios previdenciários.

*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

Pacote de Haddad mira alta de receitas e deve ser anunciado hoje



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no Palácio do Planalto. Adriano Machado - 5.jan.23/Folhapress

Idiana Tomazelli Brasília

O pacote de medidas econômicas a ser anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), vai centrar esforços na recuperação da arrecadação do governo federal e inclui a retomada do voto de desempate a favor da União em disputas tributárias com contribuintes.

O anúncio está programado para esta quinta-feira (12) no Palácio do Planalto e deve contar com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), num sinal de apoio político às iniciativas - muitas delas impopulares, pois significam na prática um aumento de **tributos**.

Os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) também são aguardados para o anúncio. Apesar dos atos golpistas que resultaram na depredação das sedes dos três Poderes, a equipe decidiu manter o cronograma planejado para dar uma demonstração de que o trabalho do governo continua.

O foco é a redução de um déficit de R\$ 231,55 bilhões projetado para este ano, que foi classificado como "absurdo" por Haddad em seu discurso de posse. O mercado cobra uma sinalização firme de redução desse rombo para manter a dívida pública em patamar sustentável.

O pacote deve incluir quatro MPs (medidas provisórias), dois decretos presidenciais, uma portaria interministerial e uma portaria conjunta da **Receita Federal** e da PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional).

Uma das MPs buscará restabelecer o chamado "voto de qualidade" no **Carf** (Conselho de Administração de

Recursos Fiscais), tribunal administrativo que julga conflitos tributários.

O voto de qualidade assegurava à Receita a manutenção da cobrança em caso de empate no julgamento-algo comum em disputas envolvendo grandes valores, uma vez que o tribunal é formado por representantes do fisco e dos contribuintes.

Sensível a interesses de grupos, o Congresso fez ao longo dos anos uma série de investidas contra o voto de qualidade e finalmente obteve sucesso em 2020, durante o governo Jair Bolsonaro (PL). Naquele ano, o desempate em favor da Receita foi extinto, impondo derrotas bilionárias à União em novos julgamentos.

Durante as discussões, o governo chegou a levantar dúvidas jurídicas sobre a possibilidade de retomar o voto de qualidade, uma vez que o STF (Supremo Tribunal Federal) caminhava para se manifestar a favor da legalidade da mudança feita em 2020 - o julgamento foi suspenso em março de 2022 por um pedido de vista.

Apesar do risco, a medida acabou sendo incluída no pacote a ser anunciado por Haddad, que tem dado ênfase aos problemas a serem enfrentados no **Carf**. O ministro tem chamado a atenção para o aumento significativo do estoque de processos, que saltaram de R\$ 600 bilhões para R\$ 1,2 trilhão em quatro anos.

Em entrevista à Folha, o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, disse que "ter uma solução para o **Carf** é essencial".

Em debates internos na semana passada, a equipe de Haddad chegou a discutir ações de receitas extraordinárias, como um "incentivo à redução da litigiosidade no **Carf**", cujo potencial era calculado em R\$ 53,77 bilhões.

Outra opção é um "incentivo extraordinário à denúncia espontânea", estimado em R\$ 33,77 bilhões.

O pacote de medidas também deve incluir a reversão de desonerações tributárias adotadas pelo governo anterior. Uma delas mira o corte nas alíquotas de PIS/Cofins sobre receitas financeiras de grandes empresas, cujo impacto seria próximo a R\$ 4,4 bilhões.

Outra medida que estava nas discussões prévias é o aproveitamento de créditos de ICMS, imposto estadual, pelas empresas. Ela tem relação com o julgamento no STF que retirou o ICMS da base de cálculo de PIS/Cofins nas operações de venda feitas pelas empresas.

O problema é que o julgamento não contemplou as aquisições de insumos das companhias, que continuavam considerando o ICMS na base de cálculo dos **tributos** federais nessas operações porque isso era mais vantajoso -elas ficam com um crédito tributário maior a ser abatido posteriormente.

Na prática, segundo técnicos, a distorção permite que os contribuintes asem como crédito um tributo que não foi pago. Por isso, há a possibilidade de corrigir o problema via MP, restabelecendo uma cobrança de ao menos R\$ 30 bilhões em **tributos**. Essa medida teria um impacto mais duradouro sobre a arrecadação do que outras tidas como extraordinárias, centradas em 2023.

Também havia, nas discussões preliminares, um impacto estimado em R\$ 28,7 bilhões com a reoneração de **tributos** federais sobre gasolina e etanol a partir de março.

No início do ano, Lula editou uma MP prorrogando a desoneração sobre combustíveis, com validade de 12 meses para diesel e gás de cozinha e de 60 dias nos demais casos. Haddad vinha justificando a medida como o tempo necessário até se ter a passagem de bastão no comando da Petrobras - que será presidida por Jean Paul Prates. O objetivo é obter uma solução estruturada em conjunto com a companhia.

O pacote de Haddad ainda deve trazer medidas para reduzir despesas, como revisão de contratos e programas - cujo impacto era estimado em R\$ 15 bilhões nas discussões preliminares.

- O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no Palácio do Planalto Adriano Machado-s.jan.23/F0ihapress

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

54

Governo avalia adiar para maio mínimo de R\$ 1.320

O governo Lula avalia manter o valor de R\$ 1.302 para o salário mínimo pelo menos até maio, de acordo com integrantes do Executivo. Durante a transição, o governo falou que o piso nacional subiria a R\$ 1.320 neste ano, com ganho real (ou seja, acima da **inflação**), com previsão para o salário de janeiro, que é pago em fevereiro. Em 2022, o salário mínimo era de R\$ 1.212.

Esse recuo ocorre depois de o aumento do número de aposentados no fim de 2022 fazer os gastos com a Previdência crescerem acima do previsto.

Nos debates, há a possibilidade de que o valor de R\$ 1.302 (proposto no fim do governo Jair Bolsonaro) permaneça durante todo o ano, ou pelo menos até maio. Alguns auxiliares de Lula sugeriram reajustar o valor no Dia do Trabalho, em 12 de maio.

O aumento acima da **inflação** foi uma promessa de campanha de Lula. Apesar da possibilidade de o salário não ser majorado, Lula ainda cumprirá a promessa porque o aumento para R\$ 1.302 significa uma alta de 7,41% na comparação com 2022. No ano passado, a **inflação** fechou em 5,79%. Ou seja, o reajuste foi de 1,62 ponto percentual acima da **inflação**.

O governo federal passou a relatar dificuldades para o re-ajuste do mínimo por conta do aumento no número de aposentados do **INSS** a partir do segundo semestre do ano passado, que ampliou os gastos com a Previdência.

No fim do ano passado, o governo Jair Bolsonaro enviou um ofício à equipe da transição calculando que, por conta do aumento de beneficiários da Previdência e da alta real do salário mínimo, ha-veria um impacto extra de R\$ 7,7 bilhões nas contas públicas. Esse número, segundo o ofício, não estava previsto no Orçamento de 2023.

Dessa forma, seria necessário bloquear ou cortar outras despesas. Embora o teto de gastos deva ser substituído, ainda é uma trava para as despesas da União. É por causa do teto que o aumento acima do previsto representa um entrave para o governo subir o mínimo de R\$ 1.302 para R\$ 1.320.

Por outro lado, nada impede que o salário mínimo seja

reajustado em maio. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, vai receber centrais sindicais na semana que vem para discutir o assunto. A ideia é iniciar um debate sobre uma política permanente de reajuste real para o mínimo, que considere a variação tanto da **inflação** como do **PIB**.

O piso nacional serve de referência a mais de 56 milhões de pessoas, sendo 24 milhões beneficiários do **INSS**. Com a "PEC da Transição", que ampliou os gastos do governo federal em R\$ 168 bilhões, foram reservados R\$ 6,8 bilhões para o aumento real do mínimo -menos que os R\$ 7,7 bilhões atualmente previstos.

Para o governo, em 2022 houve um "represamento" de liberação de aposentadorias. Muitos benefícios só foram liberados no fim do ano passado, daí o impacto nas contas públicas. (Manoel Ventura)

STF mantém prisões e afastamento de Ibaneis



Alexandre de Moraes visitou o prédio do STF ontem para conferir os estragos provocados pela ação dos golpistas no domingo passado

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) formaram maioria de votos para manter os pedidos de prisão preventiva do ex-ministro da Justiça de Jair Bolsonaro (PL) Anderson Torres e do ex-comandante da Polícia Militar do Distrito Federal Fa-bio Augusto Vieira, além da manutenção do afastamento do cargo do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB).

As decisões do relator do processo, ministro Alexandre de Moraes, foram referendadas durante julgamento em plenário virtual de ontem. Até o início da noite de ontem, seguiram o voto os ministros Gilmar Mendes, Edson Fa-chin, Cármen Lúcia, Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso.

Em seu pedido de prisão, Moraes argumentou que as condutas do ex-ministro da Justiça e do ex-comandante da PM do DF são gravíssimas e colocam a vida do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), dos deputados federais, senadores e ministros da corte em risco.

"É razoável que, ao menos nesse primeiro momento da investigação, onde a manutenção do agente público no respectivo cargo poderia dificultar a colheita de provas e obstruir a instrução criminal, direta ou indiretamente por meio da destruição de provas e de intimidação a outros **servidores públicos**, se determine a prisão de ambas as autoridades", justificou o ministro.

Segundo Moraes, os fatos narrados em investigação da Polícia Federal demonstram uma possível organização criminosa que tem por um de seus fins desestabilizar as instituições republicanas. Ele escreveu que a PF apontou diversas omissões, em tese dolosas, praticadas pelos responsáveis pela segurança pública no Distrito Federal e "que contribuíram para a prática dos atos terroristas de 8 de

janeiro".

"No caso de Anderson Torres e Fabio Augusto Vieira, o dever legal decorre do exercício do cargo de secretário de Segurança Pública do Distrito Federal e de comandante-geral da Polícia Militar do Distrito Federal, e a sua omissão ficou amplamente comprovada pela previsibilidade da conduta dos grupos criminosos e pela falta de segurança que possibilitou a invasão dos prédios públicos", afirmou.

Já a suspensão do cargo de Ibaneis Rocha, determinada por Moraes, vale por 90 dias por ter conduta "dolosamente omissiva" nos atos golpistas. Segundo o ministro, mesmo sabedor por todas as redes que ataques às instituições e seus membros seriam realizados, o governador afastado do DF ignorou todos os apelos das autoridades para a realização de um plano de segurança semelhante aos realizados nos últimos dois anos no 7 de Setembro.

VISITA O ministro Alexandre de Moraes visitou ontem o prédio do Supremo Tribunal Federal para conferir de perto a destruição provocada pelos terroristas golpistas, que invadiram gabinetes de autoridades, quebraram vidraças e móveis, além de obras de arte e rasgaram documentos. O plenário onde se reúnem os ministros e são feitos os julgamentos também foi seriamente danificado pelos golpistas.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/12/01/2023/p1>

Tebet ressalta diversidade de pensamento de nova equipe



Simone Tebet, em sua cerimônia de posse no Palácio do Planalto. Pedro Ladeira - 5 jan.23/Folhapress

Perfil dos secretários

SECRETÁRIO EXECUTIVO
Gustavo Guimarães
O secretário de Avaliação, Planejamento, Políticas Públicas e Orçamento do Ministério da Economia é ex-secretário especial adjunto de Fazenda. Ele atuou como secretário-geral em 2017 na Sesiop desde janeiro de 2022. Guimarães viveu debaixo do Banco Central e trabalhou no Banco do Brasil. Economista com especialização em estatística, fez doutorado em economia na UFRJ.

SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL
Pedro Bijos
Atuava como consultor de Orçamento e Finanças do Senado desde 2016. Já foi consultor de Orçamento, Planejamento e Gestão do Senado. Doutorando na UFRJ. Foi auditor federal de controle externo na CGU (Unidade de Contas da União) e conselheiro substituto no TCU (Tribunal de Contas do Estado).

SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO
Leany Ramos
Desenvolveu a maioria da carreira em 2020 no primeiro mandato de Eduardo Leite no governo do Rio Grande do Sul. Foi a primeira mulher a ocupar a presidência da BRGE (Banco Integrado de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul). É cientista política, com mestrado e doutorado pela UFRS, e pós-graduada pelas Universidades de Oxford e Princeton.

SECRETÁRIO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Sergio Firpo
Coordenador da Política de Avaliação do Centro de Ciência de Dados do Insper. Especialista em economia do trabalho, de educação e política e em desenvolvimento econômico, foi professor associado na Universidade de Columbia (Brasília) e na FGV (Rio de Janeiro) e professor associado da FGV (Fundação Getúlio Vargas).

SECRETÁRIA DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DESENVOLVIMENTO, FINANCIAMENTO EXTERNO E INTEGRAÇÃO NACIONAL
Renata Amaral
Atuou em órgãos como a OMC, Organização Mundial do Comércio. É professora na American University Washington College of Law, tem doutorado na UFRJ, e atuou pelo Ministério da Economia, na reforma.

Danielle Brant, Nathalia Garcia e Idiana Tomazelli Brasília

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB), anunciou nesta quarta-feira (11) a composição de sua equipe de secretários ressaltando "as linhas de pensamento econômico diferentes" e pregando harmonia com os ministros da Gestão, Esther Dweck, e da Fazenda, Fernando Haddad.

O anúncio dos cinco secretários foi feito no prédio do Ministério do Planejamento, em Brasília. Na apresentação, Tebet ressaltou a complementaridade dos nomes escolhidos e falou que, em seu "coral", a

partitura maior está com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Procurei também nessa diversidade trazer linhas de pensamento econômico diferentes, que vão fazer com que a gente possa chegar em um denominador comum e não errar. Temos UnB, PUC-Rio, Insper, Unicamp, fora toda a experiência internacional", afirmou.

Foram anunciados Paulo Bijos para a secretaria de Orçamento Federal, Leany Ramos para a de Planejamento, Gustavo Guimarães para a secretaria-executiva, Sergio Firpo para a de monitoramento e avaliação de políticas públicas e Renata Amaral para a de assuntos econômicos, desenvolvimento, financiamento externo e integração nacional.

A ministra falou que vai elaborar um plano plurianual para os próximos quatro anos e citou a importância de monitoração periódica das ações que estão sendo implementadas pelos demais ministérios.

"Aqui é um corpo técnico, portanto, as decisões primeiro são técnicas", disse Tebet. "Depois uma análise política junto com a Casa Civil, com os demais ministérios, nós vamos estar sempre discutindo as relevâncias e as prioridades das políticas públicas para levar à decisão final do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva." Na última quarta-feira (4), Tebet havia sinalizado dificuldade para contratar mulheres pretas para sua equipe. Presente na posse da emedebista, um dia depois, a ministra de Igualdade Racial, Anielle Franco, evitou polêmicas, mas acrescentou que falou com ela sobre o assunto.

Nesta quarta, ela disse que está conversando com oito mulheres e homens negros e citou que gostaria da diretora da IFI (Instituição Fiscal Independente), Vilma Pinto, em sua equipe.

"A igualdade de gênero se faz presente, agora falta a igualdade racial. Nós estamos conversando com oito mulheres e homens que possam estar se somando conosco." "Estamos conversando muito também com outras pastas, ministério da Igualdade Racial, Anielle está nos ajudando. [O grupo] "Elas no Orçamento" tem nos ajudado em relação a alguns currículos". Segundo ela, o objetivo é ter "o Brasil aqui dentro do Ministério do Planejamento." A ministra falou em atuar em

harmonia com Esther Dweck e Fernando Haddad. "Tanto o Ministério da Fazenda quanto o Ministério da Gestão e Inovação abriram as portas, nós estamos trabalhando em total sinergia", disse. "Não significa que vamos ter coincidência de ideias, que não vai haver debates, já tivemos discussões de algumas portarias, alguns decretos, é assim que funciona. Não tem nada a ver com questão ideológica ou muito menos partidária." Tebet tomou posse no dia 5 em cerimônia no Palácio do Planalto que contou com a presença do ministro Fernando Haddad (Fazenda). Em seu primeiro discurso, reconheceu ter "alguma divergência" com a equipe econômica.

Tebet pregou responsabilidade fiscal, combate à **inflação** e aos juros elevados e defendeu a aprovação da **reforma tributária**. Na sua fala, marcada por tom político, criticou o governo Jair Bolsonaro (PL).

- Simone Tebet, em sua cerimônia de posse no Palácio do Planalto Pedro Ladeira - 5.jan.23/Folhapress

Perfil dos secretários

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Gustavo Guimarães Ex-secretário de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria do Ministério da Economia e ex- secretário especial adjunto de Fazenda. Ele atuava como secretário parlamentar no Senado desde janeiro de 2022. Guimarães veio cedido do Banco Central e trabalhou no Banco do Brasil. Economista com especialização em estatística, fez doutorado em economia na UnB.

SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL

Paulo Bijos Atuava como consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara desde 2016. Já foi consultor de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado. Doutorando na UnB, foi auditor federal de controle externo no TCU (Tribunal de Contas da União) e conselheiro substituto no TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado).

SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO

Leany Lemos Desempenhou a mesma função até 2020 no primeiro mandato de Eduardo Leite no governo do Rio Grande do Sul. Foi a primeira mulher a ocupar a presidência do BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul). É cientista política com mestrado e doutorado pela UnB e pós-doutorado pelas Universidades de Oxford e Princeton.

SECRETÁRIO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Sergio Firpo Colunista da Folha, é coordenador do Centro de Ciência de Dados do Insper. Especialista em economia do trabalho, da educação e política e em desenvolvimento econômico, foi professor assistente na Universidade da Columbia Britânica e na PUC-Rio professor associado da FGV (Fundação Getúlio Vargas).

SECRETÁRIA DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DESENVOLVIMENTO, FINANCIAMENTO EXTERNO E INTEGRAÇÃO NACIONAL

Renata Amaral Atuou em órgãos como a OMC (Organização Mundial do Comércio). É professora na American University Washington College of Law, tem doutorado na UFSC e doutora pela Universidade de Maastricht, na Holanda.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50154>

Melhora da produtividade só no longo prazo, dizem especialistas

Cibelle Bouças De Belo Horizonte

A produtividade na economia brasileira apresentou queda nos últimos dois anos e tende a registrar nova retração em 2023, devido às incertezas na economia global e no país. Para economistas ouvidos pelo Valor, a volta do aumento de produtividade não se dará no curto prazo e dependerá de medidas como melhoria na educação e qualificação de trabalhadores, melhoria no ambiente de negócios e aumento de investimentos na produção.

"A tendência não é positiva. Estamos vendo uma desaceleração significativa das economias europeias. A Europa vai ter uma recessão forte em 2023 por causa do preço da energia", afirma Carlos Alberto Primo Braga, professor associado da Fundação Dom Cabral (FDC). AFDC reuniu economistas e organizou um livro digital (e-book) para discutir produtividade e o futuro da economia brasileira.

Braga acrescenta incertezas em relação à economia da China, que enfrenta dificuldades para conter o surto de covid-19. Para o economista, haverá enfraquecimento na economia global e, com isso, não haverá ciclo positivo das commodities como em 2003. Isso significa que o cenário para o novo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é muito diferente do vivido em sua primeira gestão.

No Brasil, o cenário também é desfavorável. De acordo com o Boletim Focus divulgado pelo Banco Central neste semana, o Produto Interno Bruto (**PIB**) deve crescer 0,78% em 2023, após alta de 3,03% em 2022. Com o risco fiscal e aumento dos gastos pelo governo Lula, a **inflação** medida pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve chegar a 5,36% no ano.

Para retomar o aumento da produtividade, segundo Braga, será necessário melhorar a qualidade da educação e da qualificação profissional e melhorar o ambiente de negócios, com investimentos e reformas estruturais para tornar o ambiente de negócios mais favorável a investimentos. "Temos um nível de educação muito baixo. É um calcanhar de Aquiles no caso brasileiro." Fernando Veloso, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) e coordenador do Observatório da Produtividade Regis Bonelli, do FGV Ibre, alerta para o

aumento no total de trabalhadores por conta própria contratados como empresa. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, o total de ocupados por conta própria com CNPJ aumentou 10%, enquanto o total de ocupados informais sem CNPJ caiu 6,7% em outubro em relação ao mesmo período de 2021.

"O efeito na produtividade pode ser positivo se as empresas contratam essas pessoas para produzir o que não conseguem produzir em casa. Mas se for apenas precarização do trabalho, não há ganho", afirma Veloso. Ele pondera que o trabalhador com CNPJ, em geral, é menos produtivo que uma empresa de maior porte, porque não dispõe do mesmo nível de tecnologia e capital para produzir.

Por outro lado, Veloso considera que a contratação de serviços sem vínculo empregatício para os trabalhadores ("uberização") criou uma nova possibilidade de emprego, com novas atividades econômicas e isso é positivo. "É preciso pensar em uma legislação trabalhista que forneça proteção para esses trabalhadores, mas que não inviabilize a atividade." Outro fator citado pelos economistas para ampliar a produtividade é a elevação dos investimentos.

"O governo fala em investir. Mas é muito mais o setor privado que vai alavancar a economia. A capacidade de investimento do setor público é muito limitada", afirmou Braga. Ele observou que o Orçamento público está comprometido com despesas obrigatórias. Sobram 7% do Orçamento livres e um quarto disso está nas mãos do Congresso, nas emendas de relatores. Em anos recentes, o país aplicou menos de 2% do **PIB**, resultando em um estoque de capital baixo (37,4% do **PIB** em 2021), diz Braga.

Veloso observa que a formação bruta de capital fixo no país tem representado entre 15% e 19% do **PIB**. Na China, esse índice fica entre 40% e 45%. Ele defende a **reforma tributária** como mecanismo de atração de novos investimentos do setor privado.

O economista é favorável à inclusão na reforma de redução no encargo previdenciário para estimular novas contratações. "Seria importante criar incentivos econômicos para reduzir a informalidade. A **reforma tributária** ajudaria nisso", diz Braga.

Melhora da produtividade só no longo prazo, dizem especialistas

Site: <https://valor.globo.com/virador#edition/187431>

Veloso afirma que o país também pode atrair investimentos se adotar políticas de preservação ambiental e redução das emissões de carbono. A entrada do Brasil na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OC-DE) também é fundamental, segundo o especialista. Ele considera ainda necessário dar continuidade ao programa de concessões e privatizações para desinchar o Estado. "Não basta fazer reformas, é preciso não fazer a contra-reforma para que não haja retrocessos." Para Braga, a **reforma tributária** no curto prazo seria a medida mais importante para tornar o ambiente de negócios mais favorável para que empresários façam investimentos e novas contratações. Ele observou que algumas empresas no Brasil, como Embraer, Nature e Weg, têm produtividade de primeiro mundo. "São empresas que têm obsessão por ganhos de produtividade, inserção forte no mercado internacional e uma boa estrutura de capital", acrescentou.

Empresas com esse perfil, no entanto, são minoria. A corrente de comércio (soma de exportações e importações) do Brasil foi de 26% do **PIB** em 2020, abaixo da média mundial de 42% e inferior à dos países de renda média (38,6%). Isso mostra as dificuldades das empresas brasileiras de se integrarem às grandes cadeias globais de valor.

Em relação a setores, a agricultura é um dos poucos a apresentar ganhos de produtividade no país. De 2014 a 2022, o **PIB** da construção civil caiu 25% e o da indústria recuou 12%, enquanto o **PIB** do setor agropecuário cresceu 16% e o **PIB** do petróleo, 5%.

Samantha Cunha, gerente de política industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), cita como causas para a baixa produtividade na indústria o financiamento caro e escasso, infraestrutura ineficiente, sistema tributário complexo e distorcivo, baixa qualidade da educação, falta de segurança jurídica e excesso de burocracia.

Samantha considera que para sair do ciclo vicioso de baixo crescimento, baixo investimento e queda na produtividade é preciso reduzir o custo Brasil, que onera o investimento, a produção e as exportações. "Isso irá resultar em aumento da competitividade dos nossos produtos e dará fôlego às empresas para a retomada dos investimentos, principalmente, em inovação." Ela defende a construção de uma estratégia nacional para fomentar o desenvolvimento da indústria. "Hoje as medidas são esparsas e insuficientes, aquém da contribuição que o setor industrial dá ao país."

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Inflação sob Bolsonaro é de quase 27%, maior desde Dilma 1

Leonardo Vieceli rio de janeiro

54

A **inflação** acumulou alta de 26,93% ao longo do mandato de Jair Bolsonaro (PL), de 2019 a 2022, apontam dados do IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Trata-se do maior avanço dos preços desde o primeiro governo de Dilma Rousseff (PT). A **inflação** chegou a 27,03% no acumulado de 2011 a 2014, os quatro anos iniciais de Dilma na Presidência.

O IPCA é divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e as variações em cada governo foram levantadas pelo economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores.

Imaizumi ressalta que o IPCA só não teve alta mais intensa sob Bolsonaro devido aos cortes tributários adotados pelo ex-presidente às vésperas das eleições.

Medidas como o teto do ICMS (imposto estadual) e a desoneração de **tributos** federais reduziram preços de gasolina e energia elétrica no ano passado.

Segundo Imaizumi, o principal fator responsável pela **inflação** no governo Bolsonaro foi a pandemia.

Nesse sentido, o economista lembra que a crise sanitária interrompeu e desalinhou cadeias produtivas globais, gerando escassez de matérias-primas e pressões de custos sobre empresas.

O registro de problemas climáticos no Brasil e a Guerra da Ucrânia também deixaram alimentos mais caros nos últimos anos, acrescenta Imaizumi.

"A **inflação** atingiu itens básicos para a sobrevivência", afirma o economista, em referência à carestia da comida na era Bolsonaro.

A **inflação** dos alimentos castiga sobretudo as famílias pobres, que destinam, proporcionalmente, uma fatia maior do orçamento para a compra desses produtos básicos.

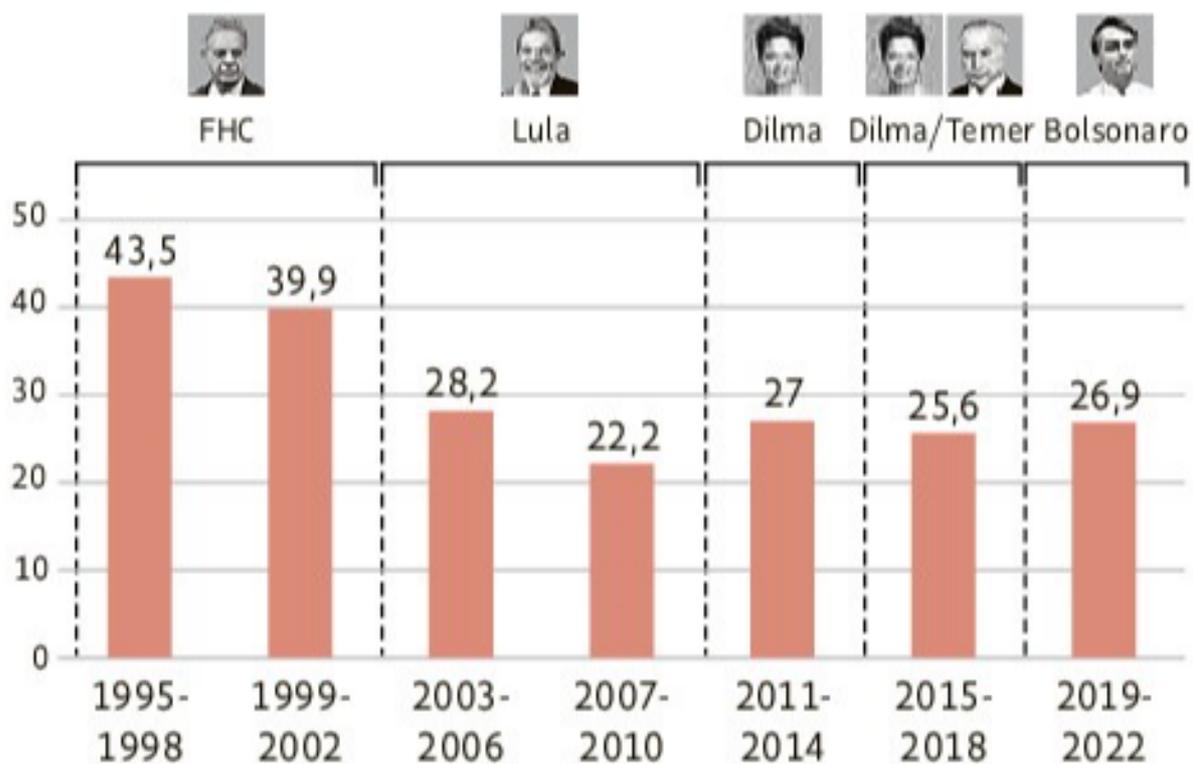
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

IPCA tem alta de quase 27% sob Bolsonaro

Variação acumulada ao longo de cada governo

Em %



Fonte: economista Bruno Imaizumi (LCA Consultores), a partir de dados do IBGE

Equipe de transição sugere meta de gastos em vez do teto

Alexa Salomão Brasília

Substituir o teto de gastos por uma meta de despesas, separando as obrigações correntes de curto prazo (que sustentam o custeio da máquina pública) do gasto com investimentos de longo prazo. Esse é um dos pilares do novo arcabouço fiscal proposto pelo grupo de economistas da transição, que reuniu André Lara Resende, Guilherme Mello, Nelson Barbosa e Pêrsio Arida.

Dos quatro, estão no governo hoje Mello (secretário de política econômica) e Barbosa (diretor do BNDES).

O quarteto entende que o conceito de meta para gastos poderia transportar para a política fiscal princípios que foram bem-sucedidos com o uso do sistema de metas de **inflação** na política monetária, como previsibilidade e senso de compromisso.

A proposta foi entregue aos integrantes do governo, mas não chegou a ser divulgada. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já disse que o novo arcabouço vai ser debatido com diferentes interlocutores, inclusive com representantes do mercado financeiro. A sugestão do grupo da transição é uma das que estão na mesa.

Dentro do PT, porém, existe um grupo que prefere a volta ao passado. Essa corrente defende que o terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) retome a lógica de cumprir apenas a meta de resultado primário, retirando da conta investimentos públicos, por exemplo. Se essa ideia prevalecer, todas as sugestões alternativas de novo regime fiscal ficariam na gaveta.

O quarteto de economistas da transição não chegou a definir uma regra formal no relatório final, mas traçou pilares que dão um norte para o arcabouço que consideram mais eficiente.

De acordo com relatos ouvidos pela Folha, em princípios gerais o grupo defendeu que um regime fiscal eficiente deve ser transparente e embasado em planos de longo prazo, com mecanismos para impedir gastos perdulários e demagógicos.

Deve haver critérios para que o Estado busque eficiência do custeio e seja efetivo na prestação dos

serviços públicos, mas sem a rigidez da regra do teto.

O grupo também afirmou que a aplicação dos recursos precisa ser submetida a análises periódicas para que seja possível monitorar custos, benefícios e retornos da aplicação do dinheiro público pelo Estado.

O ponto de partida para a fixação da meta de gastos até poderia ser uma proporção do **PIB** (Produto Interno Bruto) -o valor registrado para o **Orçamento**, no entanto, seria nominal e fixo.

Segundo o grupo, seria possível incorporar à construção da meta de gastos alguns princípios do regramento aplicado à antiga meta de resultado primário. Antes do teto, o governo definia o resultado primário para o ano seguinte e fazia projeções para anos subsequentes, oficializando os valores na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

A meta de gasto para o ano seguinte seguiria esse rito e também seria associada a um conjunto de projeções, o que incluiria estimativas de receita, de resultado primário, do pagamento de juros e da dívida.

Também seriam apresentados cenários de gastos para anos seguintes, sem compromisso de cumprimento, mas que serviriam como nortes, baseados em projeções.

O valor anual do gasto seria um parâmetro fixo. Não seria possível gastar mais que o determinado. Em contrapartida, pela proposta, não haveria contingenciamentos. Cada área teria a sua meta de gasto e se planejaria dentro daquele montante.

Há alguns detalhes importantes. A meta de gasto dos investimentos, ou gasto de capital, mesmo sendo fixada anualmente dentro da meta global de gasto, com projeções para os anos seguintes, seria definida a partir de um plano plurianual de longo prazo, com metas anualmente revistas de acordo com o espaço de capacidade instalada.

Não seria permitido migrar os recursos de um tipo de gasto para outro - gastar menos em investimentos, por exemplo, para ampliar gastos correntes, e vice-versa.

Os gastos de custeio são integralmente cobertos por receitas tributárias. Dentro desses gastos correntes

seria desejável fixar meta de gastos com pessoal, baseada em um plano salarial para os servidores, bem como ter projeções para o efetivo de servidores - uma espécie de planejamento de ações em recursos humanos. Isso evitaria as flutuações de pessoal e os contratemplos com demandas por reajustes.

O tratamento dado pelo grupo de transição à questão da dívida tem diferenças importantes em comparação a outras propostas de regra fiscal, como as apresentadas pelo Tesouro Nacional, grupo Elas no Orçamento e o economista Felipe Salto.

Elas sugerem que a dívida pode funcionar como gatilho. Ou seja, acima de um determinado patamar de endividamento, o gasto é travado, por exemplo.

O quarteto de economistas não considera o procedimento adequado porque a dívida pública brasileira oscila por razões não fiscais. Pode ser afetada pelo câmbio, por exemplo, que tem oscilado muito.

Entende, na proposta, que a meta de gasto deve considerar uma trajetória de dívida, mas sem usar o valor da dívida como trava.

O novo arcabouço trabalharia com a dívida líquida, como ocorre na maioria dos países. No Brasil, a discussão entre usar dívida líquida ou bruta dentro do regramento fiscal gerou muitos embates, mas a questão já foi pacificada em nível internacional. Recentemente, até a Nova Zelândia, antiga defensora do uso da dívida bruta como parâmetro, adotou a dívida líquida em sua regra fiscal.

Foi considerado importante ter válvula de escape para o caso de a meta de gastos e os cenários serem atropelados por eventos excepcionais, como pandemia, catástrofes climáticas ou crise financeira global. Nesse caso, seria preciso apresentar um plano, prevendo ações e prazos para recuperação da trajetória da meta e dos cenários originais.

Um dos pontos debatidos foi se seria adequado fixar um intervalo de tolerância para o primário, aplicando condicionantes, a depender do resultado. Se o intervalo fosse rompido, o governo teria de explicar como retomaria a meta, como faz o Banco Central no caso de não cumprimento da meta de inflação.

Também se discutiu qual poderia ser o tratamento em caso de um déficit excessivo. A União Europeia, por exemplo, adota sanções, mas elas foram sendo alteradas ao longo dos anos, à medida que o cenário mudava para os diferentes integrantes do bloco. Seria preciso avaliar as medidas mais adequadas para a realidade brasileira.

Arcabouço fiscal proposto pela transição

Como princípio geral, o novo regime fiscal deveria ser flexível, transparente e embasado em planos de longo prazo, com:

Meta geral de gasto para o ano seguinte, associado a estimativas de receita, de resultado primário, do pagamento de juros e da dívida

Dentro da meta geral, haveria meta de gasto corrente e meta de gasto de capital (investimentos), definida dentro de um plano plurianual

Dentro da meta de gasto corrente, por sua vez, deveria haver meta de gasto com servidores, baseada em um plano de recursos humanos de longo prazo

Haveria cenário para dívida dentro da meta de gasto, mas a dívida não seria gatilho para restrição orçamentária

Poderia ser fixado um intervalo para a projeção de resultado primário, bem como sanções em caso de descumprimento

Glossário

Arcabouço/regime fiscal

Nome dado ao conjunto de princípios e regras formais que buscam a estabilidade das contas públicas

Metade inflação

É valor mínimo ou máximo que a inflação pode chegar num determinado período; no sistema adotado no Brasil, é fixada uma meta para o ano, com uma banda de tolerância que prevê um valor superior (teto) e um inferior (piso) em relação ao valor fixado (centro da meta)

Resultado primário

Indicador de saúde financeira do Estado, é a diferença entre receitas com arrecadação de impostos e taxas, por exemplo, e gastos para manter a máquina pública e a prestação de serviços à sociedade, sem incluir despesas financeiras com pagamento de juros da dívida pública. Quando a receita supera a despesa, o resultado é chamado de superávit primário; quando a despesa é maior que a receita, ocorre déficit primário

Teto de gastos

Regime fiscal que fixa limites para as despesas primárias dos órgãos do Executivo, Legislativo e

Judiciário, do Ministério Público da União, do Conselho Nacional do Ministério Público e da Defensoria Pública da União

Dívida bruta

Considera tudo que é devido por governos federal, estaduais municipais, BC e estatais (menos financeiras, como bancos públicos, e a Petrobras) a empresas financeiras e não financeiras, públicas e privadas, incluindo no exterior

Dívida líquida

É a dívida bruta descontados os créditos a receber de todos os entes (governos federal, estaduais, municipais, BC e estatais) e as reservas do país

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

54

Governo dá início à revogação de documentos sob sigilo de 100 anos



Anfitriã.
A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro nos Estados Unidos, de onde fez uma publicação em rede social ironizando a liberação da lista de visitantes

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva liberou ontem a lista de pessoas que visitaram a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro no Palácio da Alvorada, em Brasília. A medida cumpre uma promessa de campanha citada pelo petista durante as últimas eleições: a revisão dos inúmeros sigilos de 100 anos **impostos** por Jair Bolsonaro durante o período em que foi chefe do Executivo Federal.

Ao todo, 565 pessoas estiveram na residência oficial da Presidência para ver Michelle entre 2021 e 2022. Entre os mais assíduos estão um pastor evangélico, um cabeleireiro e uma estilista. A pessoa que mais esteve no palácio para encontrar a ex-primeira-dama foi a diretora de Acessibilidade e Apoio a Pessoas com Deficiência do Ministério da Educação, Nídia Limeira de Sá. A listagem foi obtida pelo jornal O Estado de S. Paulo.

Nídia esteve no Alvorada 51 vezes.

Ela se apresenta nas redes sociais como apoiadora de Jair Bolsonaro. "Hoje o Brasil entrará num novo tempo de liberdade, paz e prosperidade", escreveu no dia do segundo turno das eleições presidenciais, antes da confirmação da derrota de seu candidato.

O segundo que mais visitou Michelle (31 vezes) foi o pastor da Igreja Batista Atitude em Brasília, Claudir Machado. "Querida Michelle Bolsonaro queremos deixar registrado o nosso profundo carinho, respeito e admiração por você que é está serva de Deus forte e tão dedicada. Você sempre será nossa primeira-dama. Te amamos demais", escreveu o pastor em 31 de dezembro do ano passado.

Na sequência aparecem a cabeleireira Juliene Cunha, que esteve 24 vezes na residência oficial, e a estilista

Cynara Boechat, que visitou a ex-primeira-dama em cinco oportunidades.

Em tom de ironia, Michelle compartilhou um link sobre o tema nos stories de sua conta no Instagram, acompanhado de uma figurinha da atriz Shirley Temple rindo. Ao lado, escreveu: "Fazendo só uma correção: "a cabeleireira é minha manicure".

A liberação dos registros de visitas ao Alvorada ocorreu após Lula assinar um decreto, em 12 de janeiro, pedindo a revisão dos sigilos. Também foram transformados em segredo documentos como o processo instaurado pela **Receita Federal** sobre o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) no caso das rachadinhas e o cartão de vacinação do ex-presidente.

Anfitriã. A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro nos Estados Unidos, de onde fez uma publicação em rede social ironizando a liberação da lista de visitantes

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Quem tem medo de deflação no Brasil? - PALAVRA DO GESTOR

Alguém realmente acredita que o Brasil virou Japão? Pergunta retórica. Ou será que o país voltou a ser o que nós conhecemos, com interesses maiores do que a responsabilidade fiscal e o controle da inflação?

A opção pela expansão fiscal no início do novo governo implicará a tentativa de compensação via aumento da carga tributária. A análise de diferentes estratégias de ajuste fiscal demonstra que o aumento de impostos sem cortes de gastos tem menos sucesso em gerar a queda consistente do déficit público e tem impacto contracionista sobre a economia, ou seja, combinação de menor crescimento, inflação e juros reais elevados por mais tempo - um quadro de elevação dos prêmios de risco.

A determinação do novo governo, apoiado por aqueles que não querem deixar de protagonizar a vida política brasileira, apontou para uma irresponsabilidade fiscal tremenda, o oposto do que esperávamos para os novos ciclos político e econômico no Brasil. Triste. Mas este texto não é sobre cenário macroeconômico, e sim, sobre como o investidor ou investidora pode aproveitar as oportunidades no mercado para melhor alocar seu dinheiro.

Nessa linha, as incertezas relacionadas à PEC e a composição da equipe econômica do novo governo resultaram no aumento das taxas de juros futuros, do dólar, em quedas do Ibovespa e, por fim, do Ifix, índice de acompanhamento da indústria de fundos de investimentos imobiliários (FIIs).

A classe de FIIs, em particular, cresce mês após mês, hoje contando com cerca de 2 milhões de CPFs e, tão importante, um número expressivo de investidores institucionais que encontram na classe importantes veículos de investimento e diversificação. Ainda dominado pelas pessoas físicas, o comportamento de certas subclasses é errático em momentos pontuais e agudos de mercado, abrindo espaço para profissionais tirarem proveito das suas distorções.

Do que falo aqui? Depois dos meses de julho, agosto e setembro, quando tivemos um período de três meses consecutivos de deflação - daí a comparação com o país desenvolvido -, houve venda generalizada da subclasse de recebíveis imobiliários ou CRIs, a de maior representatividade no universo de FIIs, com mais de 40% da composição do Ifix (saibam que,

como padrão, os recebíveis e os FIIs que os adquirem têm uma forte indexação ao IPCA).

Mas essa venda dos FIIs de recebíveis é justificada? Bom, vejamos: 1. Período de deflação: antes do recente, houve dois meses de deflação no meio da crise da pandemia em 2020, algo aceitável, e novamente apenas em 1998. O Brasil não é o Japão, é o Brasil. Projeta ter inflação mensal rodando entre 0,4% e 0,5% ao mês ao longo dos próximos 24 meses, com picos por conta do descompasso fiscal latente; e 2. Depois de passar razoavelmente bem pelo período de deflação, com alguns grandes fundos sofrendo com baixos retornos, mas outros passando muito bem em uma composição de estratégia de alocação, com maior indexação ao CDI, e timing de compra, aguardando o período de deflação sair do cálculo de carregamento dos ativos a serem comprados.

E no cenário inflacionário projetado acima para os próximos dois anos, que instrumentos oferecem proteção, com prêmios substanciais, descontos para seus valores patrimoniais e liquidez no mercado secundário? Sim, os fundos imobiliários de recebíveis. Sem esquecer a famosa, e por enquanto válida, isenção tributária para investidores individuais.

No mundo de FIIs, é comum subclasses e setores caírem no esquecimento ou mesmo na ira dos investidores, como se fosse culpa dos shopping centers e lajes corporativas aumentarem suas vacâncias durante a pandemia, ou, em nosso caso, que a deflação em um período curtíssimo tenha afetado parte da indústria, mas vista de forma generalizada. Finanças comportamentais explicam.

Cabe a quem investe ler a respeito de cada fundo em relatórios completos de cada FII com suas carteiras, a indexação das mesmas e palavras do gestor, que apontam muitas vezes para sua estratégia olhando à frente, e mesmo quanto acumula de reserva para dias de chuva. Ter uma visão de investir para médio e longo prazos é fundamental e entender que muitos oferecem dividendos mensais líquidos acima do CDI, esse, por sua vez, apresentando juros reais relativamente elevados em uma política contracionista que o Banco Central corretamente imprimiu mais rapidamente do que os demais países.

E agora, quem deve ter medo de fundos imobiliários

de recebíveis?

Eduardo Levy é diretor de investimentos da Kilima Asset

E-mail eduardo.levy@kilima.com.br

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

Ataque aos juros altos começa, mas não da maneira correta - SOLANGE SROUR

Explicar a anomalia das altas taxas de juros reais no Brasil é uma questão recorrente para economistas. A discussão reaparece em meio ao aguardo de medidas de ajuste fiscal pós-aprovação da PEC da Transição. O ataque aos juros elevados é natural, já que eles impactarão fortemente o déficit público; assim como o momento é propício, já que a **inflação** recuou e a economia está desacelerando.

São diversas as teses que tentam estabelecer as causas dos juros altos. Algumas não se sustentam, dada nossa experiência histórica, mas mesmo assim volta e meia reaparecem. Outras, que fazem mais sentido, trazem diagnósticos impopulares e, por isso, na maioria das vezes são postas de lado.

No primeiro grupo, é defendido que a alta taxa de juros reais é resultado de um "pacto" entre investidores do mercado, (beneficiários de aplicações rentáveis em títulos públicos) e o Banco Central, que visa ter a reputação de ser conservador. Marcos Lisboa, em seu mais recente artigo na Folha, rechaça de forma bastante elucidativa a ideia de que o mercado possa ser um sindicato organizado, sendo na verdade formado por gestores que administram a poupança das pessoas e buscam o melhor investimento, dadas as informações disponíveis.

De outro lado, não há nenhuma evidência de que nosso Banco Central tenha sido exageradamente conservador. Desde a introdução do regime de metas de **inflação**, em 1999, a **inflação** ficou abaixo do centro da meta apenas em quatro anos. Além disso, tivemos seis anos de **inflação** acima do topo da meta e caminhamos para o sétimo ano, de acordo com as expectativas do relatório Focus.

Outra explicação muito popular é que o juro elevado decorre de um problema de equilíbrios múltiplos. Essa hipótese atribui a um erro de política econômica o fato de estarmos em um "equilíbrio ruim", sendo que um movimento para o "nível bom" poderia ser obtido sem que se incorresse em custos, como um esforço fiscal. Tal conjectura foi testada entre 2011 e 2013, quando se acreditou que a economia brasileira estava em um equilíbrio de juro alto e câmbio apreciado que poderia ser revertido para um equilíbrio de juros menores e câmbio depreciado.

Em agosto de 2011, mesmo com expectativas de

inflação crescentes e acima da meta, o Copom optou por iniciar um forte ciclo de redução da taxa Selic de 12,50%, que chegou a 7,25% em outubro de 2012. O resultado foi uma **inflação** de dois dígitos, mesmo com o apoio da política explícita de controle de preços administrados, tendo a Selic alcançado 14,25% em 2015.

Dentre as teses mais bem fundamentadas para justificar os altos juros reais, duas merecem destaque na conjuntura atual, pois envolvem o comportamento dos gastos públicos e a existência de mecanismos que obstruem o canal de transmissão da política monetária.

Sobre a primeira tese, o juro real alto seria consequência de uma política fiscal que produz sistematicamente uma tendência de forte crescimento da despesa como proporção do **PIB**. De 1991 a 2016, as despesas do governo cresceram a taxas superiores ao **PIB**, saltando de 10,8% para 19,8%. Após a aprovação do teto de gastos, tivemos a partir de 2017 um crescimento mais contido, com exceção do período da pandemia. O avanço fiscal pressiona a demanda agregada e exige uma taxa de juros elevada para equilibrar investimento e poupança.

Mais importante ainda, regimes fiscais frágeis, que desancoram as expectativas quanto à solvência da dívida, aumentam o prêmio de risco exigido pelos financiadores do Tesouro e, conseqüentemente, pressionam as taxas de juros. Não por outro motivo, o teto de gastos, por ser uma regra fiscal crível, trouxe uma queda substancial e prolongada dos juros reais.

Já na segunda tese, o juro real seria mais alto no Brasil porque parte do mercado de crédito opera com uma taxa de juros inferior, subsidiada e insensível à política monetária, deixando uma parcela da demanda agregada fora do alcance da autoridade monetária. Diante disso, o Banco Central, visando manter a **inflação** na meta, deve adotar uma política de juro mais dura comparativamente à que seria adotada na inexistência de tal obstrução na transmissão da política monetária.

A redução dos subsídios exagerados do BNDES desde 2017 não apenas reduziu os juros de equilíbrio da economia como também gerou um forte crescimento do crédito de longo prazo no mercado de

capitais, além do aumento da eficácia da política monetária.

O sinal que temos recebido desde a aprovação da PEC da Transição é de um direcionamento da política econômica que aumenta o risco de os juros permanecerem altos e subirem ainda mais. Mais do que implementar um freio de arrumação, será necessário acelerar reformas que ajudem na consolidação fiscal e blindar as conquistas que obtivemos nos últimos anos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

54

Inflação exige responsabilidade (Editorial)

O índice oficial de **inflação** encerrou o ano de 2022 em 5,79%, acima do objetivo de 3,5% e do limite superior do intervalo de tolerância. Mais do que esperado, o estouro da meta exigiu do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, o envio de uma carta ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com a lista de razões que impediram o alvo de ser alcançado. O documento, por óbvio, elenca fatos do passado, mas serve de alerta para o futuro. O cenário descrito requer a atenção do BC e ainda mais responsabilidade do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Inércia da **inflação** de 2021, elevação das commodities, **desequilíbrio** entre oferta e demanda e gargalos nas cadeias produtivas globais, choques em preços de alimentação e retomada da demanda de serviços e emprego após o declínio da pandemia resumem os motivos pelos quais o BC não foi capaz de trazer o IPCA para a meta. Longe de ser exclusividade nacional, tais fatores foram desafios para bancos centrais no mundo todo. Nesse sentido, é digno de nota que o Brasil foi um dos pioneiros no processo de aumento dos juros e figura entre os países onde o combate à **inflação** se mostrou mais efetivo.

Ainda que a **inflação** tenha sido menor que a registrada em países emergentes e até em nações ricas, apegar-se a esse resultado não é prudente. Dos nove grupos de despesas pesquisados pelo IBGE, sete registraram aumento de preços no ano passado. Alimentos e bebidas foram a fonte de maior pressão. Em contrapartida, os dois grupos em que houve deflação foram transporte e comunicação, deflação esta motivada exclusivamente por mudanças eleitorais na tributação de combustíveis, energia e telecomunicações.

É cedo para afirmar que o pior já passou. O índice registrado em dezembro, de 0,62%, ficou acima das expectativas dos analistas de mercado, avanço que revela não apenas a resiliência, como o espraiamento da **inflação**. Todos os nove grupos pesquisados pelo IBGE registraram alta de preços no mês passado. "A mensagem que o IPCA de dezembro deixa para 2023 é a de que a **inflação** não começa o ano bem", resumiu Luca Mercadante, economista da Rio Bravo Investimentos.

Ao longo de 19 páginas, a carta do presidente do Banco Central expressa preocupação similar. Se no exterior permanecem as pressões globais,

internamente o BC reconhece a importância das medidas tributárias para conter os preços de combustíveis, assim como destaca que a necessária e adiada reoneração terá efeitos sobre o índice. Não fossem as desonerações, a **inflação** teria encerrado o ano em 9,56%, segundo André Almeida, analista do IBGE.

A exemplo do ano passado, os maiores riscos mencionados pelo BC são as incertezas a respeito da política fiscal. Ainda há muitas dúvidas sobre a âncora que substituirá o teto de gastos, bem como sobre a continuidade de estímulos eleitorais que mantiveram aquecidos demanda e mercado de trabalho nos últimos meses. Por outro lado, a retomada de políticas parafiscais e a reversão de reformas estruturais também podem diminuir a força da política monetária.

Ao dar satisfações sobre o passado, o BC prepara o ambiente para justificar suas decisões no futuro. No documento, a instituição admite que a incerteza em torno das premissas e projeções que norteiam suas ações "atualmente é maior do que o usual", e enfatiza que "não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado". A mensagem não poderia ser mais cristalina.

O trabalho da autoridade monetária não é fácil, uma vez que boa parte dos fatores de pressão inflacionária não depende dela. Seu único instrumento para controlar a **inflação** é a taxa básica de juros. Assim, a carta é quase um apelo para que o governo federal atue em conjunto com a instituição e alinhe a política fiscal à monetária - algo que não ocorreu na maior parte do governo de Jair Bolsonaro. Nesse sentido, ainda que haja um novo presidente da República, os dilemas do País permanecem os mesmos. Que Haddad, assim como Lula, saiba compreender o recado do BC.»

Prioridades e a agenda da economia - CELSO MING

ERALDO PERES/AP



Lula: agenda econômica não pode ficar em segundo plano

CELSO MING

A prioridade do governo Lula passou a ser controlar os focos de rebelião e fortalecer seu poder político.

A selvageria dos golpistas na invasão do Congresso, da sede do Supremo e do Palácio do Planalto começou domingo às 14 horas. O presidente Lula se manifestou apenas três horas depois, às 17 horas, aparentemente porque teve de saber, primeiramente, com quantos tanques poderia contar.

Depois houve os atos de sabotagem em linhas de transmissão na terça-feira e a nova tentativa de articulação de retomada de poder por grupos bolsonaristas. São fatos que bastam para justificar a preocupação do presidente Lula, apesar da grande unidade em torno dele demonstrada à primeira hora pelos líderes das instituições e pelos governadores; e apesar da grande manifestação de apoio de chefes de Estado e de governo ao redor do mundo.

Uma das questões novas com que se depara a administração Lula é o que fazer com os milhares de cargos da máquina de governo ocupados por militares, que podem estar ali para algo mais do que apenas curtir uma boquinha extra.

A primeira impressão de certos analistas foi de que a assumida a nova prioridade do governo Lula, de garantir condições políticas para governar, poderia retardar e até prejudicar o processo de tomada de

decisões destinado a reequilibrar as contas públicas e a botar para rodar a economia. Pode-se imaginar o volume de projetos de investimentos que estão à espera das novas coordenadas, das novas regras do jogo e, mais ainda, à espera de decisões firmes destinadas ao controle do déficit público.

Esse risco de fato existe porque dentro do governo Lula existe a ala para a qual o político e o social devem preceder o econômico, não importando até mesmo que cheguem a atropelar o econômico.

O que precisa ser entendido de uma vez é que, sem a solidez dos fundamentos da economia, a área política e a área social também podem bambejar.

Está em curso uma recessão global que carrega forte potencial de prejudicar o desempenho do **PIB** e do nível de emprego por aqui; a **inflação** anual do Brasil chegou muito próximo dos 6%, pelo segundo ano consecutivo ficou acima da meta estabelecida pelo governo, e pode aumentar quando forem removidos os subsídios dos preços dos combustíveis; os juros tendem a permanecer elevados para que a **inflação** possa ser reconduzida à meta; isso, por sua vez, deverá produzir o efeito colateral de aumentar a dívida pública - uma vez que as despesas com juros são reincorporadas ao total do passivo. Além disso, há uma transição energética urgente a conduzir e a destruição de florestas a estancar, o que exige determinação.

Enfim, se o governo não administrar com firmeza também a agenda da economia, pode perder a confiança dos agentes econômicos e essa perda de confiança poderá se tornar elemento de nova fragilidade política.

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Notícias Relacionadas:

O LIBERAL - BELÉM - PA
Prioridades e a agenda da economia

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Hora de atacar o problema previdenciário (Artigo)

Raul Velloso *Consultor econômico*

Enquanto as loucuras do último domingo em Brasília não se dissiparem de todo, as perguntas vão girar em torno de eventuais medidas de ajuste que o governo anunciaria para se contrapor a uma eventual onda de pessimismo que, por conta daquelas loucuras, se sobrepujasse ao ambiente de relativa calma que caracterizava os primeiros dias do novo governo.

O presidente Lula da Silva, aliás, saiu logo dizendo que não apoiaria o teto de gastos, criado na era **Temer**-Meirelles, no que estava corretíssimo, até porque a única coisa que a aplicação do teto fez foi piorar a situação precária do lado dos investimentos públicos em infraestrutura, sem que as condições gerais vigentes fossem capazes de levar ao incremento de investimentos privados compensatórios na mesma área. Só que, diante da desabada sistemática dos investimentos públicos em infraestrutura, que começou no final dos anos 80 e ainda perdura, o governo terá de dizer o que vai fazer para retomar os investimentos e o Produto Interno Bruto (**PIB**), pois o segundo depende basicamente do primeiro e, conforme os dados mensais apurados pelo Banco Central, o **PIB** vem crescendo em torno de zero há mais de duas décadas.

Na verdade, em vez dos investimentos, são os déficits previdenciários que têm subido, e muito, levando, diante da obrigatoriedade de execução desse tipo de gasto, à exaustão do espaço que poderia ser ocupado pelos primeiros nos orçamentos públicos. Daí a saída básica ser um grande esforço de arrumação da casa na área previdenciária, para reverter esse quadro desfavorável. E esse esforço deveria envolver todas as esferas de governo, pois o problema é mais amplo do que se pensa. Aliás, como tenho dito e repetido, quem bem entende disso e deve ser chamado por Lula para coordenar o processo de ajuste é Wellington Dias, o diligente ex-governador do Piauí e atual ministro do Desenvolvimento Social, de cujo trabalho profundo que realizou nessa mesma área sou testemunha, como já tive a oportunidade de dizer aqui neste mesmo espaço.

Outro ponto importante a ter em mente é que a própria Constituição estabeleceu que teremos, sim, de implementar o equacionamento previdenciário (isto é, zerar seus déficits financeiros e atuariais o quanto

antes, conforme previsto no parágrafo 1.º do art. 9.0 da EC 103/19). Se é ela quem manda, por que já não fizemos isso, seguindo protocolo de ação conhecido, e se beneficiando de tudo de bom que vem junto? Mãos à obra, pois, presidente Lula, porque só a partir de uma iniciativa decisiva sua esse processo poderá se iniciar e chegar a bom termo.

A Carta prevê o equacionamento previdenciário. Se a lei manda, por que já não fizemos isso?

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Democracias instáveis crescem menos



Instabilidade política. Destruição no Palácio do Planalto: eventos que fragilizam a democracia têm consequências econômicas de longo prazo

CÁSSIA ALMEIDA cassia@oglobo.com.br

Em democracias incompletas, instáveis, o **PIB** per capita cresce 20% menos no longo prazo, constatou pesquisa que analisou dados de mais de 160 países de 1960 a 2018, dos economistas Fabrizio Coricelli, professor da Paris School of Economics, Marco Frigerio, da Universidade de Siena, e Nauro Campos, professor da Economics University College London. As políticas públicas perdem qualidade, a falta de alternância de poder dificulta a correção de rota, há menos saúde e educação, elementos cruciais para o crescimento de um país, e fuga de cérebros.

Nauro Campos, um dos autores, afirma que em democracias frágeis há impacto na formação de capital humano. O outro ponto fundamental é a qualidade das políticas públicas: - No caso brasileiro, um fator comum nesses regimes intermediários é o lado humano por trás da política pública. São regimes, como tivemos vários exemplos no governo Bolsonaro, que escolhem ministros importantíssimos por lealdade e não pelo mérito. Isso tem implicação fundamental e deteriora a questão de confiança nas instituições, o que perpetua a deterioração das políticas públicas.

Nos países com democracias incompletas, o crescimento é baixo e instável, diz Campos.

Bráulio Borges, da LCA Consultores e da FGV, que vem acompanhando os estudos internacionais sobre o tema, diz que as democracias imperfeitas são as que mais sofrem com perda de crescimento econômico. A instabilidade política vai minando aos poucos a capacidade de o país crescer: -A alternância de poder é uma maneira importante de se corrigir a rota de uma política econômica, tem o canal da liberdade de expressão e associação que estimula o empreendedorismo e a acumulação do capital

humano.

Borges lembra que um sistema democrático pressupõe três princípios básicos: eleições periódicas, eleições limpas e justas, e o perdedor aceitar o resultado: - Se não se cumprem essas regras básicas, já começa com essa democracia falha.

Outro estudo vai na mesma linha do de Coricelli, Frigerio e Campos. Pesquisadores do V-Dem, instituto fundado pela Universidade de Gotemburgo, na Suécia, que monitora a qualidade da democracia nos países, chegaram à mesma conclusão.

Vanessa A. Boese, do V-Dem, e Markus Eberhardt, da Universidade de Nottingham, compilaram artigos e estudos e concluíram: "Descobrimos que liberdade de expressão, eleições limpas e restrições legislativas ao Executivo são os principais impulsionadores institucionais do desenvolvimento econômico a longo prazo. A erosão dessas instituições, como testemunhado recentemente em muitos países, pode comprometer o efeito de crescimento perpétuo de se tornar uma democracia liberal que estabelecemos para o período pós-Segunda Guerra Mundial", diz o estudo.

De 2015 para cá, a democracia brasileira vem se fragilizando, segundo o Instituto V-Dem. O índice de democracia liberal do Brasil caiu quase pela metade no período, de 0,79 para 0,51 em 2021.

- Estudos que medem democracia comparativa identificaram que o Brasil é o quarto país onde a democracia mais caiu, atrás de Hungria, Polônia e Turquia - diz Campos.

VISÃO AUTORITÁRIA A fuga de cérebros é um sinal de como a instabilidade política limita o crescimento. O Brasil vem assistindo a um aumento do número de cientistas e pesquisadores indo para o exterior. Essa perda de capital humano bate diretamente na capacidade de crescimento do país, observa Borges. A dificuldade é perceber essa erosão econômica lenta pela falta de confiança e perspectiva.

Para Carlos Melo, cientista político do Insper, a democracia brasileira ainda é jovem. Ele lembra que só houve alternância de poder considerando diferentes correntes políticas entre dois presidentes eleitos uma vez, quando Fernando Henrique Cardoso entregou a faixa para Luiz Inácio Lula da Silva. Desde a saída de Dilma Rousseff, o país discutiu o impeachment de mais dois presidentes, Michel Temer e Jair Bolsonaro: -

Havia a esperança de que o país iria entrar numa maturidade democrática, no entanto, em 2016 houve o impeachment, a eleição furiosa de 2018 que deu espaço para setores que são esses que estão aí, tentando derrubar poderes constituídos, com uma visão despolitizada de que o presidente da República tem ascendência sobre os outros Poderes, uma visão autoritária que tem se agravado nos últimos quatro anos.



*“São regimes que
escolhem ministros
importantíssimos por
lealdade e não por mérito.”*

Nauro Campos, professor da
Universidade de Londres

OS IMPACTOS NA ECONOMIA

1 *Qualidade das políticas públicas piora com regimes incompletos*

Vauro Campos, professor da Economics University College London, explica que, em regimes intermediários entre democracia e autocracia, a lealdade vale mais que o mérito para escolher ministros, o que piora a qualidade da política pública.

2 *São feitos menos investimentos em educação e saúde*

Há mais recursos para saúde e educação em democracias mais consolidadas, o que aumenta a capacidade e de crescimento do país, ao investir no capital humano, fator comprovado de expansão da economia.

3 *Falta de alternância de poder dificulta correção de rotas*

O economista Bráulio Borges, da LCA Consultores, observa que a alternância de poder permite correções de rota de políticas, inclusive econômica. Ele destaca fatores básicos da democracia: eleições periódicas, justas e limpas e que o perdedor aceite o resultado.

4 *Perda de capital humano diante da falta de confiança e perspectiva*

Com o crescimento baixo e instável que as democracias intermediárias apresentam, há incentivo para cientistas e pesquisadores trabalharem no exterior. Atualmente, no Brasil, tem aumentado a saída de pessoal mais qualificado.

Lula chama centrais para discutir valorização do mínimo

Raphael Di Cunto e Estevão Talar De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) receberá representantes das centrais sindicais na quarta-feira para "abrir uma mesa de negociação" em relação à política de valorização do salário mínimo e fazer um ato em defesa da democracia. O convite foi feito ontem pelo ministro do Trabalho, Luiz Marinho, aos sindicalistas.

Dentro do governo, discute-se formas de adequar o Orçamento ao compromisso de campanha do petista de adotar uma política de valorização do salário mínimo. O salário mínimo atualmente está em R\$ 1.302 por causa de uma medida provisória (MP) assinada pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL). Na equipe de Lula, a promessa era ampliar o valor para R\$ 1.320, o que considerava a **inflação**, mais a média do crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) dos cinco anos anteriores. As centrais defendem o valor de R\$ 1.347.

Uma das alternativas em estudo pelo governo é adiar a entrada em vigor do novo salário mínimo. O valor ficaria congelado até 1 - de maio, Dia do Trabalhador. Com o pagamento dos R\$ 1.320 apenas nos últimos sete meses do ano, e não durante os 12 meses de 2023, o gasto para as contas públicas com salários, aposentadorias e pensões seria menor.

O adiamento do reajuste pode ocorrer com as discussões sobre qual será a política de valorização adotada neste novo governo Lula. Nas gestões anteriores, o cálculo era baseado na **inflação** do ano anterior, mais o percentual de crescimento do Produto Interno Bruto de dois anos antes.

Segundo o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Junina, Marinho informou que Lula deve abrir uma mesa de negociação com os sindicalistas para discutir essa nova política de valorização do piso salarial.

"Não foi conversado conosco congelamento ou adiar o aumento. A reunião será importante para tratar da questão do salário mínimo e sua política futura", disse.

Ainda de acordo com o secretário-geral da Força, serão criadas duas mesas tripartite (com trabalhadores, empresários e o governo). Uma delas

tratará de questões relacionadas à negociação coletiva e outra de trabalhadores de aplicativo, como iFood e Uber.

O presidente da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), Adilson Araújo, ressaltou que há forças externas ao governo pressionando contra a política de valorização, mas que os sindicatos não abrirão mão do cumprimento dessa promessa de campanha. "Se o governo tem que tirar, a conta certamente não vai fechar se a decisão for tirar do salário mínimo. Tem que tirar da desoneração, das grandes empresas, dos bilionários", afirmou.

De acordo com o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, as centrais também aproveitarão o período em Brasília na próxima semana para reuniões com outros ministros, como o da Indústria, Comércio, Serviços e Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, e da Previdência, Carlos Lupi, além de um encontro com Marinho.

Nos cálculos de Gabriel Leal de Barros, economista-chefe e sócio da Ryo Asset, o reajuste do salário mínimo para R\$ 1.320 custaria R\$ 7,2 bilhões para o governo federal ao longo de 2023, na comparação com o mínimo de R\$ 1.302.

Por sua vez, na comparação com o mínimo de R\$ 1.212 em vigor no ano passado, o salário de R\$ 1.302 aumenta as despesas do governo federal em R\$ 36 bilhões.

Mesmo com o reajuste abaixo do aprovado no Orçamento, ainda houve alta real, de 1,41%.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187431>